XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Juventude, Trabalho e Educação

Roseane de Aguiar Lisboa Narciso
rlisboan@gmail.com
Cefet - MG
Brasil

RESUMO

Este trabalho evidencia a importância do trabalho e da escola na transição da adolescência para a idade adulta a partir da análise de resultados de pesquisa realizada com jovens participantes de um curso de qualificação baseado na Lei Brasileira nº 10.097/2000, conhecida no país como Lei da Aprendizagem. A investigação realizada teve como foco a percepção dos jovens sobre a influência do programa de aprendizagem que frequentam na sua inserção no mercado de trabalho. Sob os aspectos jurídico e normativo, a adolescência tem se mostrado tema bastante relevante e objeto específico de leis, normas e políticas públicas. Mas, dado o caráter heterogêneo da juventude e sua relação com um contexto de intensas transformações e instabilidades, ainda há muito o que se construir. Este artigo traz a percepção de jovens aprendizes sobre o lugar que o trabalho e a escola ocupam como forma de melhoria de suas condições de vida a partir de sua inserção no mercado de trabalho. Enquanto valor, os dados revelam o trabalho como forma de liberdade individual, enquanto uma demanda a se satisfazer. Enquanto necessidade, o trabalho se relaciona à preocupação com a escassez do trabalho e a dificuldade da primeira entrada no mercado de trabalho. Foi possível observar que os obstáculos à reprodução social do jovem residem na transição do sistema educacional para o mundo do trabalho sendo este um momento crucial para que o jovem afirme sua identidade e autonomia no contexto social. Tais questões foram apreciadas a partir de revisão bibliográfica em torno de dilemas relacionados ao universo juvenil e à transição escola-trabalho. Na pesquisa foi considerado o conceito de trabalho decente proposto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), as políticas públicas de emprego para jovens e a heterogeneidade da categoria

juventude. Foi utilizada a metodologia qualitativa por meio de entrevistas com os aprendizes e com a equipe técnica do programa pesquisado. Os resultados evidenciaram uma juventude atrelada a situações socioculturais e econômicas temporárias e provisórias de identificação, a saber, a escola e o trabalho. Essas situações se relacionam ao cenário complexo e contraditório do novo tempo e atuam na construção da identidade social desses jovens.

Palavras chave: Juventude, Trabalho, Educação

ABSTRACT

This work shows the importance of work and school in the transition from adolescence to adulthood, based on the analysis of the results of the research carried out with young people participating in a basic qualification course in Brazilian Law 10,097 / 2000, known in the country as Law Of Learning. A research conducted as a focus the perception of the young people about an influence of the learning program that frequent in their insertion in the labor market. Under legal and normative aspects, adolescence has been seen as a very relevant and specific object of laws, norms and public policies. But given the heterogeneous character of youth and its relation to a context of intense transformations and instabilities, there is still much to build. This article brings a perception of young learners about the place that work and a school occupy as a better way of living their conditions of insertion in the job market. As value, the data reveal work as a form of individual freedom, then a demand to be satisfied. On the need, the work is related to the preoccupation with a shortage of work and a difficulty of the first entrance in the labor market. It was possible to observe that the obstacles to the social reproduction of the young resident in the transition from the educational system to the world of work being a crucial moment for the young man and his identity and autonomy in the social context. These questions were appreciated from a bibliographical review about dilemmas related to the juvenile universe and the school-work transition. Ongoing research on the concept of work proposed by the International Labor Organization (ILO), such as public employment policies for young people and a heterogeneity of the youth category. A qualitative methodology was used through interviews with the apprentices and with a technical technique of the researched pro-

gram. The results showed a youth tied to temporary socio-cultural and economic situations and temporary identification, namely, school and work. These situations are related to the complex and contradictory scenario of the new time and act in the construction of the social identity of the young people.

Keywords: Youth, Work, Education

I. Introdução

O tema juventude tem se mostrado bastante relevante sob a ótica de leis, normas e políticas públicas. Entretanto, abordar este tema não é tarefa fácil, pois, a vida juvenil é caracterizada por uma pluralidade de circusntâncias que explicitam a heterogeneidade do conceito de juventude. Além disso, a juventude é também motivo de análises e estudos por ser um momento rico que se manifesta no ciclo de vida com várias perspectivas, numa heterogeneidade de conceitos e representações do que é ser jovem.

Este artigo traz a percepção de jovens aprendizes sobre a importância do trabalho e da educação como formas que podem posibilitar uma melhoria de suas condições de vida. Destaca-se a relação entre trabalho, educação e mobilidade social a partir da inserção de jovens em programas de capacitação ancorados na Lei Brasileira nº 10.097/2000, também conhecida como Lei da Aprendizagem.

A pesquisa realizada abordou a transição escola-trabalho no universo juvenil e aponta para o entendimento das representações jovens na sociedade. Nesse sentido, a questão que se colocou foi: em que medida os programas de qualificação baseados na Lei da Aprendizagem modificam positiviamente o padrão de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A análise desta temática se justifica, porque ingressar no mundo do trabalho é, tradicionalmente, considerado um marco da passagem da juventude para a fase adulta. Mas, devido às intensas transformações observadas no mundo produtivo, os padrões de transição para o mercado de trabalho foram alterados. Isso ocorreu em grande parte, porque os jovens passaram a encontrar muitas dificuldades em conseguir um emprego, especialmente o primeiro emprego, pois a competitividade aumentou e o mercado

passou a exigir qualificação e experiência. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008a).

O ingresso no mundo do trabalho é, tradicionalmente, considerado um marco da passagem da juventude para a fase adulta. A exigencia de qualificação e experiencia trelada às intensas transformações observadas no mundo produtivo provocaram alterações nos padres de transição para o mercado de trabalho. Os jovens compõem o grupo mais afetado por tais mudanças, especialmente quando se trata do primeiro emprego.

A categoria trabalho possui grande importancia no universo juvenil e o contexto global explicita um modelo de capitalismo contraditório com grande avanço na capacidade produtiva de bens e mercadorias, através de uma nova base técnica capaz de dilatar a produtividade e ampliar o tempo de escolha, mas que também, destroi os direitos adquiridos pela classe trabalhadora ao longo do século XX (FRIGOTTO, 2004)

Outro fator que suscitou o interesse pela pesquisa que embasou este artigo foi a percepção dos jovens acerca do lugar que o trabalho e a educação ocupam em suas vidas. Durante a pesquisa empreendida com aprendizes vinculados a um Programa de qualificação da cidade de Belo Horizonte, ficou evidenciado que a construção da identidade social do jovem é influenciada pelo lugar que o trabalho e a educação ocupam em suas vidas. Trata-se de perceber a atividade laboral como forma de se posicionar enquanto indivíduo responsável, autônomo e independente, cujas possibilidades de ascensão social e econômica são postas como consequência direta do grau de dedicação aos estudos. Tal centralidade é atribuída pelos conteúdos dos cursos de qualificação que incentivam uma postura emprendedora diante da vida e valorizam a meritocracia.

Para abordar estas questões, o referencial teórico discute dilemas do universo juvenil e os obstáculos à reprodução social do jovem, localizados na transição do sistema educacional para o mundo do trabalho - um momento crucial para que o jovem afirme sua identidade e autonomia no contexto social.

Nesse sentido, a juventude enquanto questão social conduz a uma abordagem orientada pela diversidade na busca por encaminhamentos em relação à educação, qualificação, e inserção no mercado de trabalho sem perder de vista as relações desses aspectos com as políticas sociais voltadas ao segmento jovem.

As possíveis conclusões partem da análise das entrevistas realizadas com os jovens e que possibilitam analisar suas percepções acerca do lugar que ocupam nesse processo de transição escola-trabalho, além de evidenciar a importância e valor atribuídos ao trabalho e à educação enquanto possibilidades de transformação social.

II. Marco teórico/marco conceptual

Juventudes

As representações de jovens na sociedade não demonstram totalmente a diversidade e pluralidade do segmento juvenil. De acordo com Pochman (2004), a diversidade da juventude tende a ser obscurecida por sua identificação como fase dourada na vida das pessoas, principalmente quando referida a jovens de clase alta. Em geral, as representações sociais são ancoradas em modelos de joven ideal que se espelham na juventude das clases média e alta.

A diversidade da juventude é evidenciada na sua representação social, que debe ser considerada como parte de um proceso de crescimento, numa perspectiva de totalidade . por conseguinte, a juventude não seria uma etapa com um fimpré determinado, nem um

momento de preparação a se superado na idade adulta. Não há uma evolução linear; trata-se de uma sequência temporal, em que ciclos vitais se relacionam a cada momento da existencia, em que as mudanças e transformações são características estáveis na vida do indivíduo.

> Assim a adolescencia não pode ser entendida como um tempo que termina, como a fase da crise ou de trânsito entre a infancia e a vida adulta, entendida como a meta última da maturidade. Mas, representa o momento do início da juventude, um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais. Um momento no qual se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes de algum modo ao longo da vida. (CARRANO e DAYRREL, 2003. P.3)

Kell (2004), elucida que o conceito de adolescencia tem sua origen na modernidade e na industrialização, adquirindo a conotação de moratória social, que significa um tempo de espera para se tornar adulto. Ese tempo se prolongou cada vez mais debido a fatores como aumento do período de formação escolar, a alta competitividade do mercado de trabalho e escassez de emprego. Esses fatores acabam por "obrigar" o joven a ficar mais tempo na condição de adolescente, longe de decisões e responsabilidades, como incapazes de decidir seu destino. A adolescencia torna-se, assim, uma idade tida como crítica e caracterizada por uma crise que se alia à dependencia familiar, à falta de funções no espaço público e ao tédio. Na pesquisa que origina este artigo, optou-se por utilizar os termos juventude e adolescencia como sinónimos, pois ambos são identificados como fase intermediária, em que a dependencia económica está associada à educação e formação, temáticas centrais na pesquisa.

A juventude é um período em que se passa da infancia à condição adulta, uma fase de mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais. Para acompanhar a evolução dos jovens em diferentes contextos, são estabelecidos ciclos de idade. Existem varias abordagens sobre esses ciclos, mas, segundo Abramovay (2002), há um consenso sobre o início da

juventude relacionado a criterios derivados de enfoques psicológicos e biológicos e que reforçam o posicionamento de Kell (2004) acerca do conceito de adolescencia.

O estabelecimento do limite superior no ciclo de idade tem se alargado com a passagem da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento. Isso significa que existe uma relação entre ser joven e estar inserido no sistema educacional formal, em busca de maiores conhecimentos, uma vez que passa a ser exigida do trabalhador a capacidade de dominar um conjunto de tarefas de uma determinada função. Assim, os anos de estudo tendem a aumentar para algunas clases sociais e, para os jovens de clase baixa, passa a ser urgente a conciliação entre trabalho e estudo no ciclo de vida dos jovens, especialmente no tocante à conciliação entre ambos e à alteração no padrão de inserção profissional do joven, a partir da educação e qualificação.

Demográficamente, a juventude corresponde à determinada faixa etária, que geralmente está localizada entre 15 e 24 anos de idade. Os enfoques biológicos e psicológicos enquadram a juventude a partir da maturidade fisiológica até à maturidade social. Entretanto, nem todos percorrem ese período da mesma forma, o que embasa o uso do termo no plural: juventudes. Falar em juventudes significa que os grupos de jovens têm elementos em comum a todos os jovens, mas não fragmenta a visão por tipos de jovens. Ou seja, "a juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconómicos, e é vivida de maneira heterogénea, segundo contextos e circunstancias" (ABRAMOVAY, 2002. P. 25).

A importancia em se estudar a juventude reside, dentre outras coisas, no fato de que o segmento joven enfrenta vulnerabilidades, além de serem sujeitos de direitos e atores estratégicos do desenvolvimento, identificado pela UNESCO Brasil como um dos principais *locus* estratégico para a ação de políticas públicas. Nesse sentido, os jovens são promessa de futuro, mas possuem necesidades no presente, sendo uma geração fundamental no desenvolvimento do país. Ademáis, as altas taxas de desemprego juvenil levam a

necessidade de analisar as políticas públicas voltadas para ese segmento, e, no caso deste artigo, a Lei da Aprendizagem, que objetiva prover os adolescentes de uma formação técnico/profissional com vistas à ampliação de suas posibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Juventude e a Transição Escola-Trabalho

No Brasil, a educação mostra-se como condicionante para se conseguir emprego, além de ser um dos caminhos que pode conduzir o jovem à vida adulta e, sobre isso, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008c) afirma a existência de uma forte identificação do jovem como "estudante", sendo a escola reconhecida como espaço de socialização e formação. Entretanto, a escolarização da maioria dos jovens é marcada por desigualdades e oportunidades limitadas em que a predominância de trajetórias interrompidas pela desistência e pelo abandono, caracteriza um percurso educacional irregular.

Há vários processos socializadores na experiência juvenil, dentre os quais destacam-se a escola e a familia. Entretanto, ambos perderam seu monopólio devido à coexistência de diferentes instâncias produtoras de valores e referenciais culturais para o jovem. Na sociedade globalizada, há várias referências culturais e produtoras de valores que acabam chamando muito mais atenção dos jovens do que, por exemplo, a escola. Eles se motivam muito mais com outras experiências de socialização, mesmo quando a escola funciona como lugar de encontro com amigos. No espaço da escola, o indivíduo se vê numa diversidade de orientações, obrigado a construir por si mesmo o sentido de sua experiência. E, nesse sentido, o desafio que se coloca para cada um é se motivar e dar sentido aos estudos.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008b), a educação assume a função de melhorar a vida dos indivíduos na sociedade brasileira, sobretudo para os indivíduos jovens. Entretanto, as oportunidades são limitadas no processo de escolarização

dos jovens que se apresentam marcados pela defasagem escolar, abandono seguido de retomadas e fracasso escolar. Corrochano e outros (2008) aprofundam e problematizam a ampliação das oportunidades de acesso à escolaridade formal e a permanência dos jovens na escola. Segundo essas autoras, ainda que essa ampliação se mostre evidente, ainda permanecem trajetórias escolares marcadas por evasões e reprovações, o que mantém distante, a universalização da educação de adolescentes e jovens. Existem também os questionamentos sobre a qualidade do ensino e as chances da escola ser um espaço significativo para os jovens.

> Assim, considerando as mutações que atingem a esfera do trabalho e da escola, é cada vez mais necessário um olhar aprofundado para os percursos dos jovens nessas esferas, principalmente em países como o Brasil, pois aqui, para além da escola, o trabalho faz a juventude. Tal como afirma Sposito (2005, p.106): (...) para os jovens brasileiros, escola e trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil. (CORROCHANO et al, 2008, p.10).

O processo de escolarização dos jovens também é influenciado por aspectos como níveis de renda, sexo, raça, origem social, que atuam também sobre as oportunidades disponíveis no mercado de trabalho. Ou seja, as oportunidades no processo de escolarização também são limitadas de acordo com a posição de origem. Correa (2008) afirma que o jovem cuja família possui baixo capital cultural e econômico são mais propensos à evasão escolar e a escola acaba por não cumprir sua “missão libertadora”, o que torna a socialização primária mais determinante. Nesse sentido, a educação é um processo cultural que assegura a reprodução social e, por isso, pode-se considerar essa “missão libertadora” da escola na socialização dos jovens. Pois, há a exigência de maior qualificação para inserção no mercado de trabalho e o sucesso escolar passa a ser um requisito, embora não defina o ingresso nesse mercado. (SPOSITO, 2008).

Inserção Ocupacional e Capacitação de Jovens

O nível de educação atual deixou de ser garantia de acesso ao mesmo tipo de ocupação de décadas atrás. Isso ocorre devido às transformações no mercado de trabalho. A empregabilidade passou a ser ameaçada pelas transformações que afetaram e continuam afetando as organizações em toda a sociedade. Diante disso, a escolaridade e a qualificação tornaram-se requisitos imprescindíveis no alcance de uma oportunidade de trabalho, especialmente para os mais jovens, que ainda não ocuparam uma vaga nesse mercado e não possuem experiência profissional que os qualifique a uma vaga de emprego. Entretanto, não garantem a inserção no mundo do trabalho. Trata-se de uma estratégia oculta.

Na época do fordismo, era exigido um perfil de trabalhador capaz de ajustar-se aos novos métodos de produção, através da articulação de novas competências a novas formas de viver, pensar e sentir. Os novos métodos de trabalho não mobilizavam energia intelectual e criativa. O trabalhador precisava apenas de uma concepção de mundo que justificasse sua alienação e suprisse as necessidades do capital. O fundamento do fordismo é a fragmentação entre atividade intelectual e material, entre produção e consumo. Assim, as relações sociais, produtivas e a escola educam o trabalhador para essa divisão. O conhecimento científico e desenvolvimento gerado são distribuídos desigualmente.

Ao mudar as bases materiais de produção, as demandas do novo trabalhador também mudam e a lógica passa a ser a polarização entre competências. As capacidades passam a chamar-se competências e passam de habilidades psicofísicas para competências cognitivas complexas. (KUENZER, 2005). Nesse contexto, o conteúdo do trabalho aparentemente amplia-se quando a linha de produção é substituída pela célula de trabalho. Entretanto, um trabalhador passa a cuidar de várias máquinas e sua atividade é esvaziada e os requisitos de qualificação reduzidos com intensificação do uso da força de trabalho, que passa a ser mais explorada.

> Ou seja, sob a aparente reconstituição da unidade de trabalho para enfrentar os limites da divisão técnica, se esconde sua maior precarização, exatamente porque a finalidade das novas formas de organização, ao ampliar as possibilidades de reprodução ampliada do capital, não superam, mas aprofundam, a divisão entre capital e trabalho. (KUENZER, 2005, p.4).

O Brasil, entretanto, encontra-se defasado: seu "sistema educacional mostra-se inadequado para a maioria dos trabalhadores, não permitindo que todos completem o ensino médio." (POCHMANN, 2005. p.108). Essas deficiências se agravam pela precariedade do mercado de trabalho, que levam jovens e crianças para o trabalho e os adultos para o desenvolvimento de atividades precárias e instáveis.

Quer dizer, o nível educacional não se mostra como um determinante na inserção dos jovens no mercado de trabalho, porque sua qualidade é questionável e o nível de escolaridade oscila, com trajetórias escolares interrompidas, seja para trabalhar ou devido à repetência e consequente desmotivação do jovem. A escolaridade não garante o acesso de jovens aos empregos, mas, é uma condição "simbólica" para uma inserção individual ou coletiva no mercado de trabalho. Na medida em que o nível de escolaridade aumenta, a possibilidade de inserir-se no mercado aumenta para os jovens, uma vez que a demanda é por jovens com escolarização e qualificação.

O mercado exige experiência de trabalho, mas, para muitos jovens que buscam trabalho pela primeira vez, é muito difícil acumular experiência. Além disso, o mercado não reconhece a experiência gerada em muitas das ocupações acessíveis para os jovens de baixo nível educativo, sendo quase impossível para esse grupo criar uma trajetória ascendente no trabalho. Weller (2006) assinala que, ainda que uma capacitação não possa corrigir as falhas de uma educação insuficiente, pode ser simbólica para melhorar a empregabilidade dos jovens de nível educativo médio e baixo, especialmente em programas de capacitação que combinam formação teórica com as primeiras experiências práticas no mercado. Um exemplo desse tipo de programa são os programas "Jóvenes", aplicados em vários países da

América Latina, que podem apoiar, até certo ponto, uma inserção com potencial para trajetórias ascendentes, ao gerar experiências práticas reconhecidas pelo mercado.

Abdala (2005), ao falar sobre os modelos de capacitação de jovens, desenvolvidos na América Latina, ressalta que os programas de formação encontram-se ainda centrados na formação do jovem para o trabalho, ainda que a noção atual de capacitação envolva uma ênfase em conhecimentos e valores além da aplicabilidade ao trabalho. Sua crítica não se restringe à necessidade de diversificação e renovação da formação tradicional, vai além: as políticas de emprego e capacitação de jovens estão centradas na preparação para o mercado de trabalho, sem se preocupar em protegê-los das flutuações do mercado. As políticas públicas poderiam se direcionar à mobilização de novos atores pela combinação de esforços e recursos públicos, com o objetivo de trabalhar sobre a oferta de trabalho e sobre a demanda de emprego.

No Brasil, a Lei n° 10.097 de 19 de dezembro de 2000, conhecida como “Lei do Jovem Aprendiz” que propõe a inserção dos jovens no mercado formal de trabalho atua no sentido proposto por Weller (2006), de proporcionar aos jovens a primeira experiência no mercado de trabalho, aliando formação teórica à prática. Trata-se de uma iniciativa de regulamentar o trabalho juvenil através do acompanhamento e qualificação dos jovens durante a vigência de seu contrato nas empresas. Os programas de qualificação baseados nessa lei tentam minimizar os efeitos da crise do emprego para os jovens, além de estimular a continuidade dos estudos e promover o desenvolvimento de atividades sociais e comunitárias, acompanhadas pelo benefício econômico da inserção no mercado de trabalho. Resta saber se seus resultados alcançam eficiência em termos de inserção ocupacional dos jovens e se o acesso ao mercado de trabalho é diretamente proporcional ao nível de qualificação, seguindo uma trajetória ascendente.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho através da Lei do Jovem Aprendiz encaixa-se naquilo que Kuenzer (2005) denomina como sendo uma "inclusão excludente", onde as estratégias de inclusão nos diversos níveis de educação não correspondem aos padrões de qualidade que permitem formar identidades capazes de responder e superar as demandas do capitalismo. Essa crítica se deve ao fato de que os cursos de qualificação atrelados à Lei da Aprendizagem, seriam formas de substituir a escolaridade básica por cursos de formação profissional que "supostamente melhorarão as condições de empregabilidade." (KUENZER, 2005, p. 15).

III. Metodología

A relação entre pesquisa social e a teoria social é contínua, ou seja, não é somente a produção teórica que importa, mas, também, o processo de pesquisa que gera os dados a serem analisados e relacionados com os aspectos teóricos. Foi essencial a escolha e investigação de um programa de qualificação de adolescentes baseado na Lei da Aprendizagem, que coloca como objetivo primordial a garantia de condições de trabalho dignas para o adolescente e sua inserção na primeira experiência ocupacional, a partir de uma qualificação.

Foi realizada pesquisa qualitativa, em Instituição que atua na qualificação de jovens aprendizes, preparando-os para o mercado de trabalho. Essa Instituição qualifica os jovens para serem recrutados pelas empresas a ela conveniadas. Após a admissão nas empresas, os jovens retornam à Instituição semanalmente para continuar a qualificação que passa a funcionar como extensão do trabalho.

Foi feita análise documental com o objetivo de descrever o histórico da Instituição pesquisada. Foram realizadas entrevistas e conversas "informais" com profissionais envolvidos na equipe técnica do Programa pesquisado. Nessas entrevistas e "conversas" foi possível checar informações que foram levantadas anteriormente em pesquisas à sites e legislações relacionadas ao tema e esclarecer dúvidas remanescentes de entrevistas já

realizadas. Também foi feita uma visita à superintendência Regional de Trabalho e Emprego para entrevistar a auditora responsável pela fiscalização das instituições que capacitam jovens para programas de aprendizagem e também fiscaliza empresas e as notifica quanto ao cumprimento da cota de aprendizes.

Foram entrevistados jovens na faixa etária entre 16 e 20 anos, já inseridos no mercado de trabalho como aprendizes e que ainda frequentam o programa de qualificação. As entrevistas realizadas com os aprendizes permitiram avaliar a percepção que têm acerca da utilidade da educação recebida na escola e da qualificação recebida no Programa, para inserção do mercado de trabalho e enfrentamento de suas dificuldades.

IV. Análise e discussão de resultados

Foi possível observar que a Lei da Aprendizagem (Lei n° 10.097/2000) emerge como possibilidade de construir uma trajetória profissional focada no desempenho e mérito. Trata-se de uma tentativa de resguardar os jovens do trabalho precário e impulsioná-los a partir da valorização dos estudos e da qualificação.

Esta Lei é instrumento normativo que tenta elevar o padrão de inserção dos jovens no mercado de trabalho através de cursos de aprendizagem e qualificação que visam o desenvolvimento de habilidades interpessoais e profissionais como chave de entrada no mercado de trabalho. Além disso, tenta estimular o sentimento de pertencimento a um mercado de trabalho muito concorrido. Em geral, o público atendido por este tipo de programa é composto por jovens de classe média e baixa que precisam contribuir financeiramente em casa mesmo que de forma indireta, arcando com suas despesas pessoais, o que pode “aliviar” o orçamento familiar.

Do total de adolescentes atendidos pelo Programa pesquisado, 66,37% são meninas e 33,62% meninos, na faixa etária entre 16 e 20 anos. 26,13% já concluíram o ensino médio e

73,87% estão cursando. 73,57% residem em Belo Horizonte e 26,43% em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em sua maioria, são jovens oriundos de famílias com renda média de dois salários mínimos, que precisam contribuir financeiramente mesmo que de forma indireta, arcando com despesas pessoais ou relacionadas à complementação de estudos como cursos de informática ou língua estrangeira.

Nas entrevistas realizadas percebe-se que a motivação dos jovens para participarem do Programa é a vontade de "mudar de vida". A possibilidade de ter um futuro profissional e mudar a trajetória de vida familiar em que os pais nem sempre possuem escolaridade elevada ou qualificação profissional é o que atrai os jovens para programas desse tipo. Muitos vêm de uma trajetória de trabalho informal e, a partir da qualificação que recebem, passam a vislumbrar a possibilidade de crescimento profissional, pessoal e econômico.

O Programa baseia-se na necessidade de que os jovens identifiquem o papel da profissão, conectando-a ao crescimento pessoal e ao pertencimento a um mercado de trabalho que é muito concorrido, onde, porém, eles poderão se inserir com as mesmas possibilidades de qualquer outro competidor.

A visão de que o Programa funciona como elo entre o jovem e sua primeira experiência profissional no mercado de trabalho formal se reforça no imaginário dos adolescentes que o consideram uma oportunidade para o crescimento profissional e uma porta de entrada para o mercado.

O curso mais procurado pelos jovens é o de auxiliar administrativo devido à crença de que trabalho administrativo, em escritório, é trabalho qualificado, com status e prestígio. O curso de telemarketing é o menos procurado: segundo gestores do Programa, os adolescentes que o procuram são aqueles que aceitam qualquer coisa devido à necessidade e urgência financeira.

V. Conclusão

No presente estudo, destaca-se como interesse da pesquisa realizada a importância do trabalho como valor e necessidade, elementos mais presentes nas entrevistas e grupos focais realizados.

O trabalho poderia se justificar enquanto categoria importante para os jovens simplesmente por uma necessidade de subsistência e, mesmo quando esta é sua justificativa, os jovens tendem a enxergá-lo como oportunidade de aprendizado e acesso a tipos diversos de consumo e também como emancipação econômica.

O elo entre juventude e trabalho mostra-se como construção social que se manifesta no mercado através do que Guimarães (2008) denomina como "inserção aleatória" em que três condições se alteram: o rompimento da equiparação entre trabalho e emprego remunerado; o modelo do trabalhador permanente por tempo completo (surgem novas formas de contrato de trabalho) e os contratos de longa duração tornam-se escassos. Ademais, o trabalho cresce "despadronizado", com intensas transições entre situações ocupacionais, pois, as trajetórias ocupacionais deixam de ser previsíveis.

A pesquisa realizada permite afirmar ainda que Lei da Aprendizagem é uma política pública de emprego no formato de um contrato especial de trabalho, que permite ao jovem o início de seu desenvolvimento profissional e a possibilidade de acesso a postos de trabalho de qualidade durante o período em que participa do programa. Além disso, esta legislação é uma política pública que procura fortalecer as ações de elevação da escolaridade dos jovens; investimento em ações contra a evasão escolar precoce, ampliação das oportunidades de educação profissional e ampliação do acesso à cultura. Cabe ao Estado acompanhar os resultados e definir mecanismos de evolução e controle de programas que atendam à Lei da

Aprendizagem, para que os benefícios econômicos da inserção no mercado de trabalho sejam sustentáveis.

Neste contexto, a participação em programas de qualificação e a inserção no mercado de trabalho formal emergem como instrumento que permite a elevação da autoconfiança do jovem fazendo-o acreditar que seus esforços serão recompensados. Desta forma, atua diretamente na representação social do trabalho e da educação na vida do público atendido. Uma vez que o aprendiz passa a se perceber enquanto agente capaz de modificar sua trajetória de vida pelo trabalho e estudo, sente-se empoderado e com possibilidades de sair do papel de jovem fragilizado por suas condições econômicas e sociais, abandonando o lugar do devir jovem. Trata-se de uma ênfase na dimensão atitudinal e na confiança do próprio esforço para seguir adiante.

VI. Bibliografía

ABDALA, Ernesto. Nuevas soluciones para um viejo problema: modelos de capacitación para el empleo de jóvenes. Aprendizajes em América Latina. In: ABDALA, E., JACINTO, C., SOLLA, A.(Coord.). **La inclusion laboral de los jóvenes**: entre La desesperanza y La construcción collectiva. Montevidéu: CINTEFOR/OIT, 2005. p.185-214.

ABRAMOVAY, Miriam. J**uventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005 (2005), *Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.* Diário Oficial da União, Brasília..

CARDOSO, Adalberto. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **Revista Dados**, n. 2, v.51, 2008.

CARRANO, Paulo César; DAYRELL, Juarez. **Jovens no Brasil**: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. Rio de Janeiro: UFF, 2003. Disponível em: www.uff.br/obsjovem. Acesso em: 21/08/2010.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. **O lugar do jovem no Brasil**. Brasília: MS, 2008. 218 p.

CORROCHANO, Maria Carla et al. **Jovens e trabalho no Brasil**: desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). J**uventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil?. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 149-174.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. **Boletim de Políticas Sociais**: acompanhamento e análise, n. 15, nov. 2008a, p.25-32.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Política Social e Desenvolvimento – a juventude em foco. **Boletim de Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. N. 15, mar. 2008b. p. 7-28.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas de emprego, trabalho e renda para jovens. **Boletim de Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. N. 15, abr. 2008c. p. 46-55.

KHEL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 89-114.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

POCHMANN, Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. IN: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.217-241.

POCHMANN, Márcio (2005), "Educação, trabalho e juventude: o dilema brasileiro e a experiência da Prefeitura de São Paulo". In: POCHMANN, Márcio (Org.). *La inclusion laboral de los jóvenes: entre La desesperanza y La construcción colectiva*. pp. 106-120.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 87-127.

WELLER, Jürgen (2006), "Inserción laboral de jóvenes: expectativas, demanda laboral y trayectorias". *Boletin redEtis*. Chile, 5.